

**NÃO
AO AJUSTE
FISCAL**

PUCViva

Nº 961 - 08/9/2015

Jornal semanal da APROPUC e da AFAPUC

FUNDASP ESTUDA O QUE FAZER NO CÁLCULO DOS SALÁRIOS

Apesar de o acordo firmado em 1987 entre APROPUC e da Fundasp garantir que os cálculos dos salários dos professores sejam feitos com base em cinco semanas, tanto para as horas trabalhadas quanto para o Repouso Semanal Remunerado (RSR), conforme documento entregue para a entidade mantenedora e publicado na edição passada do *PUCviva*, aparentemente a Fundasp não está convencida da validade do acordo e do direito líquido e certo dos professores.

Em carta para o presi-

dente da APROPUC, professor João Batista Teixeira da Silva, no dia 28/8, o secretário da Fundasp, padre José Rodolpho Perazzolo afirma o seguinte: "Agradeço muitíssimo o envio dos documentos anexos ao Ofício APROPUC 09/2015. Serão analisados pela nossa Consultoria Jurídica, mesmo que, em primeira vista, pareçam ser relativos ao repouso semanal remunerado (RSR). Mais uma vez reafirmo, em nome desta Fundação, a reta intenção de buscar a justiça nas nossas relações de trabalho. Coloco-me à

disposição dessa Associação."

No entendimento da APROPUC, o documento em questão - o acordo de 1987 - não deixa a menor dúvida de que todo o cálculo dos salários dos professores deve ser feito com base em cinco semanas, e não em quatro semanas e meia como aventou a Fundasp. Trata-se, portanto, de uma conquista que não pode ser retirada depois de mais de 28 anos de vigência. Mas, como a Fundasp ainda estuda medidas para reduzir os salários, a diretoria da APROPUC enten-

de que devemos ficar atentos e mobilizados para defender os nossos direitos.

Caso a Fundasp procure alterar a base de cálculo dos nossos salários, a APROPUC pretende mover ações judiciais individuais e coletivas para defender os direitos de seus associados e representados. Não aceitaremos nenhuma redução salarial. E lamentamos que a Fundasp insista em alimentar o clima de intranquilidade no seio da universidade.

Diretoria da APROPUC

ACORDO DOS 7,66%

APROPUC recorre ao Ministério Público para que o Sinpro-SP esclareça dedução

Após solicitar, insistentemente, à diretoria do Sinpro, desde junho, para que esclareça e altere determinados pontos do acordo firmado com a Fundação São Paulo, relativo ao pagamento parcelado da dívida acumulada desde 2005, e por não ter obtido até agora qualquer resposta daquela entidade, a diretoria da APROPUC, preocupada em proteger os interesses dos professores da PUC-SP, decidiu recorrer ao Ministério Público Fe-

deral do Trabalho no sentido de exigir do Sinpro os necessários esclarecimentos e eventuais alterações no acordo.

Entre os vários pontos questionados no acordo Fundasp-Sinpro, o que mais prejudica os professores, imediata e diretamente, é o recolhimento de contribuição ao INSS deduzida das parcelas pagas aos professores. Pelo acordo homologado na Justiça do Trabalho, todos os encargos previdenciários e fiscais

são da inteira responsabilidade da Fundasp, não cabendo ao Sinpro abater qualquer valor do dinheiro pago pela Fundasp aos professores os legítimos titulares e beneficiários da referida ação trabalhista.

Pelo acordo, a Fundasp deverá pagar aos professores um montante de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), parceladamente no prazo máximo de dez anos. Mas o Sinpro, sem nenhuma justificativa conhecida, está deduzindo das

parcelas pagas pela Fundasp uma quantia supostamente destinada aos encargos sociais, o que, no total, significa reduzir o pagamento dos professores em R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais). O que a APROPUC quer é que os pontos nebulosos do acordo sejam devidamente esclarecidos, a bem da verdade e da justiça e em respeito aos professores da PUC-SP.

Diretoria da APROPUC

Estudantes protestam contra precarização do ensino privado

Na última quarta-feira, 2/8, aconteceu em São Paulo o Ato Unificado das Universidades Privadas da cidade, na Praça da Liberdade. O protesto contou com uma aula pública e uma caminhada até a porta da FMU, e com palavras de ordem contra a privatização do ensino superior, que hoje vem sendo cada vez mais dominado por grandes empresas que lucram vendendo algo que é um direito de todos e todas. O evento foi organizado por diversos coletivos estudantis e também pela Frente de Esquerda da PUC-SP.

O evento exigia ainda a garantia de acesso à educação pública, gratuita e de qualidade para todas e todos, além de políticas de permanência, como auxílio alimentação e moradia e maiores investimentos públicos na educação, que vem sofrendo diretamente com o ajuste fiscal realizado pelo governo Dilma Rousseff, principalmente com os cortes e mudanças no sistema de financiamento estudantil (FIES) e Programa Universidade para Todos (Prouni).

De acordo com o estu-

dante de História da FMU e diretor das universidades privadas pela União Nacional dos Estudantes (UNE) Vinicius Hidalgo, o ato pretendeu lutar contra as diversas formas de precarização do ensino nas universidades privadas, como as mensalidades abusivas, a demissão de professores e disciplinas importantes que muitas vezes são ministradas à distância. O estudante afirmou ainda que a ideia do ato era também fortalecer o movimento estudantil dentro das universidades privadas, pois ele já é muito consolidado nas faculdades públicas.

A estudante de Jornalismo da PUC-SP Simone Nascimento e membro do coletivo RUA – Juventude Anticapitalista concorda, afirmando que os estudantes de instituições privadas precisam ter consciência de que também sofrem com uma série de problemas com relação a mercantilização do ensino. “A Frente de Esquerda nasce na PUC pra lutar contra esse projeto, e também contra os problemas da universidade, para atuar dentro e fora dela”, explicou também.



TALITHA ARRUDA



Acima estudantes participam do em protesto pela precarização do ensino privado; abaixo na prainha o chamamento para o ato

PUCViva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Andressa Vilela, Marina D'Aquino e Anna Gabriela Coelho

Fotografia: Marina D'Aquino

Projeto Gráfico, Edição de Arte e

Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Hamilton Octavio de Souza e Victoria C. Weischardt

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

Apropuc: Rua Bartira 407 – CEP: 05009-000 – Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua Ministro Godoy 1055 - Fone: 3670-8208.

PUCViva: 3670-8208 – **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br – **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

AULA-DEBATE

O Ajuste Fiscal e a Falência da Pátria Educadora: alternativas e perspectivas no campo da esquerda

ANDES – Comando de Greve dos Professores das Universidades Federais
ADUSP – IFUSP-Professor João Zanetic

ANEL – Janaína Oliveira

Oposição de Esquerda da UNE
Simone Nascimento

Comissão de Educação e Cultura da ALESP
Professor e Dep. Estadual Carlos Giannazi

AUDITÓRIO 100 - PUC-SP

09/09/15
Quarta-Feira

19H

Apoio:

APROPUC
Associação dos Professores da PUC-SP

Promoção:

FRENTE DE ESQUERDA
PUC-SP

A APROPUC e a aposentadoria aos 75 anos

A APROPUC considera fundamental esclarecer o real alcance da proposta apresentada pela FUNDASP, para que nenhuma incerteza escape da atenta vigilância dos professores durante a tramitação interna dessa questão.

Examinamos atentamente o ofício que a FUNDASP encaminhou para a apreciação do CONSUN, nele detectamos a presença de pontos duvidosos, que dificultam identificar com clareza todas as consequências práticas resultantes da implementação da medida.

Afinal, os professores atingidos, incluindo tanto os que ainda vão quanto os que já completaram 75 anos de idade, serão ou não efetivamente demitidos, recebendo todas as verbas rescisório-indenizatórias devidas?

Ao usar com frequência a expressão 'se desligar' o ofício sugere que a iniciativa do rompimento contratual em todos os casos - incluindo o daqueles que ainda não completaram 75 anos de idade - partirá do professor e não da FUNDASP.

Prevalecendo esse entendimento, ficaria caracterizado o pedido de demissão e não a dispensa do professor, o que desobrigaria a FUNDASP de pagar ao envolvido as verbas devidas por força do rompimento imotivado de seu contrato de trabalho, incluindo a multa de 40% do FGTS.

A dúvida se apoia no trecho a seguir, extraído da parte inicial do item 2 do aludido ofício:

"Para aqueles que se enquadrarem na disposição acima e realizarem o desligamento de suas atividades ao final do semestre em que completar 75 anos, ou para aqueles que já tenham mais que essa idade e que voluntariamente desejarem se desligar (...)"

Enfim, os professores afetados pela proposta de aposentadoria voluntária serão ou não dispensados pela FUNDASP, recebendo suas indenizações de forma integral, incluindo a multa de 40% referente ao FGTS?

Na PUCSP ainda temos professores com mais de 75 anos de

idade detentores da estabilidade decenal assegurada ao não optante do FGTS. Supomos que este grupo reúne a maior quantidade de atingidos pela proposta de aposentadoria voluntária sob análise, por razões óbvias, eis que a maior a parte dele, senão a totalidade, possui mais de 75 anos.

Como a FUNDASP pretende tratar esses docentes que mais tempo de suas vidas dedicaram à Universidade?

Eles estão contemplados? Poderão aderir à iniciativa? Que critérios a FUNDASP pretende utilizar para calcular a indenização devida a eles por força da estabilidade que conquistaram durante uma vida de entrega e dedicação à Universidade?

Não bastasse, o ofício contém uma preocupante contradição. O item 2 do documento assegura ao professor que possui mais de 75 anos de idade e que voluntariamente desejar "se desligar" a prerrogativa de aderir ao programa.

Ocorrendo isso, o ofício também garante a ele o direito ao reembolso, por até 05 (cinco) anos, do valor correspondente à cota parte da FUNDASP para a manutenção de um plano básico de assistência médica oferecido pela instituição.

Porém, seguindo em frente e examinando o item 3, deparamos com um parágrafo que afasta expressamente dos professores que possuem mais de 75 anos de idade - ou que estão prestes a completar esta idade - 01 (um) ano - o direito ao reembolso, por até 05 (cinco) anos, do valor referente ao plano básico de assistência médica.

Ora, qual regra a FUNDASP pretende realmente instituir? A que permite aos professores que já completaram (ou estão em vias de completar) 75 anos de idade, o direito de aderir ao plano de aposentadoria voluntária, ou a que os exclui da medida?

A discussão ampla do alcance dessa iniciativa esbarra nessa contradição, lançando uma enorme sombra sobre algo que em

razão do forte apelo social merece ser tratado com a mais absoluta clareza.

Ainda que o ofício tenha o propósito apenas de dar início a um debate interno, o que é seguramente um gesto de elevada grandeza, não há como prosseguir diante de uma inconsistência dessa natureza.

ASSISTÊNCIA MÉDICA

A única 'vantagem' objetiva, efetivamente oferecida aos docentes afetados pela medida, consiste no reembolso do valor correspondente à cota parte da FUNDASP relativa ao plano básico de assistência médica oferecido pela instituição.

Convenhamos. Trata-se de contrapartida bastante acanhada diante dos 'considerandos' que inauguram o ofício enfatizando o respeito aos anos de dedicação dos professores afetados pela medida.

Além do prazo (máximo de 5 anos, independente do tempo de casa) a proposta estabelece que o valor reembolsado será limitado ao despendido pela FUNDASP para financiar o plano básico de assistência médica oferecido pela instituição.

Tal como se apresenta, professores com 30, 40 ou mais anos de dedicação à PUCSP receberão tratamento idêntico àqueles com 10, 15 ou 20 anos de casa. Não há isonomia.

Além disso, o critério sugerido pela FUNDASP ignora uma realidade mais do que evidente, consubstanciada no fato de que muitos professores elevaram a categoria de seus planos de assistência médica - não por capricho, mas por pura necessidade - e serão fortemente penalizados se a proposta em tela entrar em vigor da forma sugerida, devido à acentuada queda de renda resultante da aposentadoria compulsória.

O ideal seria criar um mecanismo que assegurasse a projeção do período de reembolso para além dos 05 (cinco) anos, conforme o tempo de casa de cada professor, prestigiando aqueles

que mais tempo de suas vidas dedicaram à Universidade. Além disso, o valor do reembolso também é um ponto extremamente sensível e que merece ser reavaliado.

O desejável seria aproximá-lo da realidade na qual cada docente está inserido. Mas, na impossibilidade de atender aos anseios e interesses individuais de cada um - desafio certamente inatingível - a solução mais atraente seria a elevação da quantia, até um ponto equidistante, de forma minimamente satisfatória, tanto aqueles que permaneceram com seus planos básicos quanto aqueles que decidiram elevar a categoria dos mesmos.

Há ainda outros pontos envolvendo a questão da assistência médica ignorados pelo ofício que abriga a proposta submetida ao CONSUN.

a) Como a FUNDASP pretende agir em relação ao professor que porventura falecer enquanto recebe o reembolso a título de assistência médica? Seus dependentes continuarão assistidos, recebendo a quantia até o término definitivo do prazo estabelecido ou serão surpreendidos com a cessação dos pagamentos?

b) E o professor (a) que possui dependente incapaz? Como a FUNDASP pretende agir diante dessa situação? A intenção é conferir tratamento igualitário, idêntico ao concedido aos demais docentes ou existe uma compreensão reconhecendo que esta circunstância justifica um encaminhamento distinto?

POSTERGAÇÃO DA APOSENTARIA COMPULSÓRIA

O ofício ainda prevê a possibilidade de adiamento da aposentadoria compulsória, caso o 'desligamento' do professor se mostre inviável, seja por motivo de relevância acadêmica ou administrativa.

continua na próxima página

continuação da página anterior

APROPUC participa da 1ª Audiência do Plano Estadual de Educação

O documento subordina esta hipótese à apresentação de um 'plano de desligamento', com duração máxima de 02 (dois) anos, elaborado pelo Departamento e posteriormente aprovado pelo CONSAD.

Na verdade, a proposta castiga duplamente o professor por ela afetado, sinalizando que o mesmo perderá o direito ao reembolso do plano básico de assistência médica (quando for dispensado), e, não bastasse, ainda terá sua carga horária de trabalho (durante o cumprimento do tal 'plano de desligamento') obrigatoriamente reduzida (no caso dos docentes, para o máximo de 12 horas semanais de atividades, obrigatoriamente didáticas).

Em suma, quando a aposentaria se mostrar inviável por motivo de relevância acadêmica ou administrativa - ou seja, causas que interessam apenas e tão-somente à Universidade e não ao professor - este será penalizado não só com a perda dos benefícios que a proposta garante aos demais docentes, mas também em decorrência da redução dos valores que serão utilizados como parâmetro para o cálculo de suas verbas rescisórias.

A proposta parece-nos um tanto quanto inoportuna neste ponto, na medida em que o adiamento da aposentadoria não resulta de um ato de vontade do professor, mas sim de circunstâncias totalmente alheias, que interessam apenas à Universidade.

Por fim, é muito bem-vindo o compromisso assumido pela FUNDASP de estudar e apresentar, no decorrer de 2015, um plano de previdência complementar dirigido aos seus funcionários administrativos e professores.

Contudo, um plano de previdência complementar a esta altura e dentro do contexto que se apresenta, constitui medida aparentemente inócua para os professores afetados pela proposta, que não terão nada além do já mencionado 'acanhado' reembolso do plano de assistência médica proposto pela FUNDASP.

A APROPUC foi convidada a participar da 1ª audiência pública que discutiu o Plano Estadual de Educação (PEE - PL 1035/2015), em 26/8. É fundamental o Estado de São Paulo dispor de um Plano Estadual de Educação que oriente sua ação para um maior compromisso com uma educação pública, gratuita e com qualidade. O PL atualiza a proposta do PEE apresentada pela sociedade paulista (projeto do executivo), em 2003, nunca votada na Assembleia Legislativa.

A audiência na Alesp iniciou com a apresentação do PL 1035/2015 pelo Deputado Raul Marcelo (Psol/SP) - um dos autores do projeto - e, em seguida, foram feitas as exposições dos convidados a respeito do tema, iniciando com o representante da Adusp, professor João Zanetic (Instituto de Física da USP), do professor Vicente Rodriguez (Faculdade de Educação da Unicamp) e, por fim, do diretor da APROPUC professor Áquilas

Mendes (Departamento de Economia da PUC-SP).

Sobre o conteúdo desse PL 1035/2015, destaca-se o reconhecimento de que o gasto público com educação no estado é baixo e necessita de uma ampliação do financiamento. Para tanto, o PL estabelece que 6% do PIB estadual seja destinado à educação, aumentando de forma escalonada até 2025, atingindo o aporte de 9,5% do PIB paulista na educação. Isso significará o investimento de quase três vezes maior do que o atual. É reconhecido que essa é a meta fundamental para enfrentar os problemas estruturais como baixa remuneração do professorado e atendimento educacional insuficiente.

Além disso, o diagnóstico do PEE revela forte predominância do mercado privado na educação infantil e superior, ausência de professores e baixos salários. A falta de planejamento e os baixíssimos percentuais de investimentos ainda compro-

metem uma educação de qualidade.

O PL 1035/2015 prevê a ampliação radical da oferta de educação infantil, especialmente no que se refere às creches e inclui metas que tratam do analfabetismo, falta de gestão democrática, precarização do trabalho, e, especialmente, metas para o combate à opressão das questões de gênero, diversidade sexual e orientação sexual - não tratados no PEE apresentado pelo executivo e nem no substitutivo indicado pelo PT.

A atualização do PEE foi elaborada pelas seguintes entidades de educação: Associação dos docentes da USP, Associação dos Docentes da Unesp, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Ação Educativa, Centro de Estudos de Educação e Sociedade, Fórum Paulista de Educação Infantil, Fórum EJA São Paulo, Instituto Paulo Freire e Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA-SP). Todos eles participaram da 1ª audiência do PL 1035/2015.

AFAPUC inicia processo eleitoral para conselhos superiores

Em assembleia realizada no dia 3/9 a AFAPUC definiu alguns procedimentos para as eleições de conselhos superiores e representantes nos conselhos de faculdade e câmaras. O funcionário Ronaldo Martins, do CGE, presidirá a Comissão Eleitoral. Para os conselhos (Consun, Ceccom e Conplad) as inscrições serão por chapa, enquanto para as demais representações será em caráter individual.

A diretoria informou sobre o andamento de alguns processos trabalhistas. O padre Rodolpho Perazzolo disse à direção da entidade que será feita uma nova proposta para os 30 funcionários que reivindicam diferenças sa-

lariais, reduzindo as parcelas de 20 para 18. Já quanto à PLR o secretário-executivo informou que a Receita Federal já concluiu seu parecer mas ainda deverá publicá-lo nos próximos dias.

Quanto aos quinquênios o Sindicato já enviou para a Justiça os valores calculados de cada funcionário que solicitou revisão e aguarda um pronunciamento do Tribunal, que neste momento está em greve.

Os funcionários também foram informados que, de agora em diante, para a solicitação de abono pecuniário referente aos dias trabalhados durante as férias o funcionário deverá se dirigir a Divisão de Recursos Humano, no máximo, 15 dias antes de suas

férias. O mesmo procedimento deverá ser mantido com relação ao adiantamento do 13º salário que deverá acontecer sempre até o dia 30 de janeiro.

A diretoria da AFAPUC comentou também a visita dos funcionários à Colônia de Férias do SAAESP no último dia 22/8, quando cerca de 70 pessoas passaram um fim de semana bastante agradável.

Finalmente os funcionários foram informados de que a AFAPUC prepara uma proposta para a questão das chamadas portarias que poderá ser incorporada ao texto do Acordo Interno de Trabalho. Assim que o texto estiver pronto o **PUCViva** publicará em suas edições.

FALA COMUNIDADE

Não podem calar as paredes da PUC-SP

Vitor Bastos, Cris Valesan e
Marcela Tosi

Não é coincidência que, logo nos primeiros meses após o golpe de 1964, o Ministro da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda, tenha declarado que "a USP e a PUC-SP se constituem nos dois maiores centros de subversão do Brasil".

Basta lembrar, por exemplo, do episódio da Batalha da Maria Antônia, em que aproximadamente 3000 estudantes do Mackenzie enfrentaram aproximadamente 2500 estudantes da USP, em um confronto que durou dois dias e terminou com a morte do estudante secundarista José Carlos Guimarães com um tiro de fuzil e dezenas de feridos. Estudantes da PUC-SP figuraram entre as principais lideranças de esquerda no dia, com destaque para Luiz Travassos (presidente da UNE) e José Dirceu (presidente da UEE).

Com a promulgação do Ato Institucional nº5 em 1969 e a intensificação da repressão, estudantes que assumiram posições de liderança no movimento estudantil começaram a ser procurados em todas as universidades do país, sendo obrigados a deixá-las. Conforme relatos de ex-estudantes, apesar da PUC ser considerada pelo DOPS o centro da subversão em São Paulo, a Reitoria e os padres e madres da instituição não entregavam estudantes. O Reitor Bandeira de Mello chegou a orientar estudantes que fugissem, pois a polícia já tinha ido até a Universidade mais de uma vez atrás deles. O que pensaria Bandeira de Mello se soubesse que atualmente a

reitora Anna Cintra faz justamente o contrário, perseguindo seus estudantes e denunciando-os à polícia com acusações baseadas em confirmações em eventos do Facebook?

A partir dos anos 1970, a PUC-SP assumiu cada vez mais posições políticas progressistas publicamente, destacando-se no cenário político nacional.

Em 1976, fora nomeada por Dom Paulo a primeira mulher a assumir a reitoria: Nadir Gouvea Kfoury. Em 1980, tornou-se a primeira Reitora escolhida por eleições diretas com 7058 votos de professores, funcionários e estudantes. Em 2012, o cenário foi outro. A tentativa de legitimação da nomeação da terceira colocada no pleito de 2012, feita a revés da comunidade acadêmica, feriu com qualquer forma de democracia interna e nos retirou o direito de decidir pelos rumos da universidade.

Recebemos em 1977, sob a chancela de Dom Paulo Evaristo Arns, a 29ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), proibida de ser realizada em universidades federais pelos militares. É no mínimo uma contradição que a mesma PUC-SP que recebia discussões acadêmicas que estavam proibidas como forma de resistência, hoje em dia censure a criação da Cátedra Michel Foucault e a Filosofia do Presente com base em opiniões pessoais dos dirigentes católicos da instituição.

A PUC-SP de Dom Paulo Evaristo Arns não é a mesma de Dom Odilo Scherer. Com ressalvas a qualquer forma de determinismo, basta lembrar que no período em que Dom Paulo enfren-

tava o regime, o Arcebispo de Porto Alegre e parente distante de Dom Odilo, Dom Vicente Scherer, representava a ala conservadora da Igreja na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, defendendo a continuação do regime apesar dos casos confirmados de tortura levados à CNBB.

Quando a PUC-SP foi covardemente invadida em 22/9/1977, após a realização clandestina do 3º Encontro Nacional dos Estudantes, com 70 delegados estudantis de 10 estados, Nadir enfrentou o Comandante Erasmo Dias, mandante da invasão da universidade. Usando como pretexto a realização de um ato público em frente ao TUCA para anunciar a realização do 3º ENE (ilegal à época), os policiais invadiram a PUC-SP pelas quatro entradas: Rua Bartira, Rua João Ramalho, Rua Ministro Godói e antes de todas pela Rua Monte Alegre, onde fica o TUCA e a rampa da entrada principal da PUC-SP.

Erasmo Dias se sentia humilhado por ter fracassado em impedir o 3º ENE e descontentava sua frustração na Universidade que resistia frente às atrocidades da Ditadura. Com tantas pessoas tentando entrar na PUC, muitas foram pisoteadas ou prensadas nas grades e outras tiveram queimaduras graves decorrentes de bombas lançadas pela polícia. Estudantes que participavam de um ensaio de coral e empregadas domésticas que tinham aulas de alfabetização na Casa Paroquial também foram espancadas e presas. Estudantes, professores e funcionários foram retirados de salas de aula, refeitório, biblioteca e salas administrativas e con-

duzidos, em fila indiana, ao estacionamento que existia em frente à instituição. Segundo Boletim Extraordinário da Associação dos Professores da PUC-SP, "ali foram coagidos a sentar no chão úmido e sujo, cheio de cascalhos, e aguardar a decisão sobre sua sorte."

Apesar da justificativa legal para a ação policial ser a dissolução do ato em via pública, tamanha foi a organização das tropas para invadir a universidade que só se pode pensar que a própria invasão também fora premeditada. A depredação das sedes dos diretórios estudantis, departamentos acadêmicos e salas de professores confirmam essa teoria. No dia seguinte, eram nítidas as marcas de coturno nas portas e as pichações nas salas de aula com a sigla CCC (Comando de Caça aos Comunistas). Em um dos períodos políticos mais opressores do país a PUC-SP não se calava e resistia em nome de preceitos democráticos.

Hoje é perceptível um cenário de retrocesso com relação à autonomia e liberdade de expressão da comunidade universitária na PUC-SP. Tornou-se sistemática a vigilância e intimidação aos estudantes, professores e funcionários que se opõem à atual gestão ilegítima da reitora Anna Cintra. A democracia é parte fundante da PUC-SP, que não recuou diante da ditadura e permaneceu combativa, sendo a primeira universidade no país a ter eleições diretas para a reitoria. Diante da atual situação em que a PUC-SP percorre o caminho inverso de sua história, construída sob prin-

continua na próxima página

continuação da página anterior

cípios como democracia, liberdade de expressão e autonomia universitária, é necessário retomar uma frase de Nadir Kfourri:

"Numa universidade o que deve prevalecer é justamente o aspecto educacional. E que mesmo quando a juventude possa, como acontece no mundo inteiro, contestar e querer enfrentar determinadas normas estabelecidas, ao educador compete conduzi-las de uma forma Pedagógica. E parece-me que, só dessa forma, nós poderemos contribuir como educadores para o crescimento e para a afirmação da nossa juventude. Certamente não é pela repressão que se vai alcançar estes objetivos".

Anna Cintra, antes de reitora, é professora de Letras, mas optou pelo papel de repressora ao de educadora. Possivelmente sua gestão tenha a mesma preocupação que tiveram os generais que governaram o Brasil durante a ditadura: o potencial de resistência da PUC-SP - seja a perseguições e violações de direitos humanos, seja a um projeto de universidade voltado para o mercado e não à sociedade. No dia 18/8 foi denunciada por estudantes de Artes do Corpo mais uma manobra que faz parte desse projeto que coloca o lucro acima da formação e a demanda do mercado acima do fim da universidade. Foram fechadas, da noite para o dia e sem aviso prévio, 11 disciplinas do curso. As tentativas da atual reitoria em cobrir a história e a resistência da PUC-SP com demãos de tinta e repressão não intimidarão a comunidade puquiã. Não podem calar as paredes da PUC-SP!

Vitor Bastos, Cris Valesan e Marcela Tosi são estudantes da PUC-SP

Áquilas Mendes

No tenso ambiente do Ajuste Fiscal assiste-se à mais um episódio dessa política austera: a renovação e a potencialização da Desvinculação das Receitas da União - DRU. Tal mecanismo criado desde 1994, renovado a cada quatro anos e, ainda, em pleno funcionamento, é bastante conhecido por muitos, em que 20% das receitas do Orçamento da Seguridade Social (OSS), formado pela saúde, previdência e assistência social, são retiradas e destinadas ao pagamento de juros da dívida, em respeito à já histórica política do governo federal de manutenção do superávit primário, sob as exigências do capital portador de juros (capital financeiro) dominante na fase contemporânea do capitalismo.

Nesse contexto do capitalismo e de sua profunda crise, em que a seguridade social deveria ser prestigiada, o que acontece é justamente o contrário. O governo federal enviou, em 8 de junho desse ano, à Câmara dos Deputados, a prorrogação da DRU pela sétima vez. Trata-se da proposta de emenda à Constituição (PEC 87/2015) que prorroga a DRU, não por mais quatro anos - como vinha sendo feito desde sua criação -, mas por oito anos. O pior disso tudo é que o texto amplia de 20% a 30% o percentual das receitas do Orçamento da Seguridade Social que serão retiradas para assegurar a tranquilidade do capital financeiro em dar sequência à apropriação desse fundo público. É difícil imaginar que, por meio dessa PEC, a seguridade social continuará sendo desfinanciada até 2023, ou seja, por mais oito anos, e que, se aprovada, corresponderá a 29 anos de desvinculação.

Para ser ter uma ideia de al-

O ajuste fiscal e a DRU potencializada

guns números, a apropriação do fundo público (OSS) por esse capital, por meio da DRU, vem sendo materializada com a retirada dos seguintes montantes: em 2010, R\$ 45,9 bilhões; em 2011, R\$ 52,4 bilhões; em 2012, R\$ 58,1 bilhões; em 2013, R\$ 63,4 e, em 2014, R\$ 63,1(1). Isso significou uma extração, em média, de cerca de 77% do saldo superavitário do OSS, entre 2010 a 2013, sendo que, em 2014, a retirada foi superior a esse saldo, correspondendo a 117,1%, em virtude da queda da arrecadação das receitas no cenário da crise econômica. O quadro da perda de recursos para a Seguridade Social com a DRU fica mais desolador quando se analisa o período entre 1995 a 2014, correspondendo a cerca de R\$ 704,2 bilhões.

Parece que o governo federal vem funcionando bastante sintonizado à lógica da dinâmica do capitalismo contemporâneo e sua crise, em que a prioridade do gasto público vincula-se muito mais aos interesses de apropriação do capital financeiro no orçamento público, do que à alocação de recursos para a seguridade social, em geral e, para a política de saúde universal, em particular. Essa ideia é sustentada pelos argumentos do governo federal quando questionado sobre o porquê de não investir maior magnitude de recursos, por exemplo, na política de saúde. Sua contestação sempre se refere à insuficiência de fonte específica para tanto. Ora, é conhecido de todos que o Orçamento da Seguridade Social vem demonstrando superávits há vários anos, indicando que recursos existem. Mais recentemente, registre-se: em 2010, R\$ 53,8 bilhões; em 2011, R\$ 75,8 bilhões; em 2012, R\$ 82,7 bilhões, em 2013, R\$ 76,2 bilhões e, em 2014, R\$ 53,9 bilhões (Anfip,

2015). A diminuição do resultado nesse último ano deve-se à queda da arrecadação em plena crise econômica. Se não existisse a DRU, recursos para as áreas que integram a seguridade social não faltariam. Como forma de seguir a lógica de apropriação do capital financeiro sobre o fundo público nessa fase contemporânea do capitalismo, grande parte desse superávit vem sendo transferido para o pagamento de juros da dívida, em respeito, à política de manutenção do superávit primário e corte dos gastos das políticas de direitos sociais, como a saúde.

A sociedade brasileira precisa saber disso para rejeitar a continuidade da DRU, que nesse ano será potencializada se aprovada a PEC 87/2015. Daí, deixarmos claro que recursos existem para se fazer um Ajuste Fiscal, sem cortar recursos da saúde, bastando o governo ficar ao lado da grande massa da população brasileira que trabalha e não se alinhar aos arautos do capital financeiro, como vem fazendo.

Assim, alertamos para que todos os envolvidos com a Seguridade Social público, integral e de qualidade defendam a exclusão imediata da DRU, à medida que vem prejudicando há anos o financiamento da seguridade social.

(1) ANFIP, Análise da Seguridade Social 2014, Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil e Fundação ANFIP de Estudos da Seguridade Social - Brasília: ANFIP, 2015. 168 p.

Áquilas Mendes é professor doutor do Programa de Pós-Graduação em Economia Política e do Departamento de Economia da PUC-SP e professor Livre-Docente de Economia da Saúde da Faculdade de Saúde Pública da USP.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Grito dos Excluídos chega à 21ª edição

**Justiça rechaça
ocupação
do MST em
Londrina**

No dia 7/9, segunda-feira, aconteceu a 21ª edição do Grito dos/as Excluídos e Excluídas, com o lema “Que país é este que mata gente, que a mídia mente e nos consome?” e o tema “A vida em primeiro lugar”. O lema dessa edição trouxe seis eixos principais: unir os generosos e generosas, direitos básicos, desmentir a mídia, as diferentes formas de violência, função do Estado, participação política e a rua é o lugar.

Há 21 anos, o Grito dos Excluídos e Excluídas acontece todo dia 7 de setembro, data oficial em que se comemora o Dia da Independência do Brasil. A atividade, que ganhou dimensões nacionais, ocorre

em todas as regiões brasileiras, entre as populações ribeirinhas, povos do sertão, população urbana e rural, povos indígenas, setores dos movimentos e pastorais sociais.

O Grito propõe uma reflexão sobre qual é a independência que existe hoje no país, diante de tanta corrupção, pobreza, desemprego e exclusão social. “Que independência estamos comemorando? Há o que se comemorar?”, questiona o movimento.

O ato conta com o apoio e organização do Fórum das Pastorais Sociais da Arquidiocese de São Paulo, da CSP Conlutas, da Intersindical, Sinsprev, Sindicato dos Metroviários de São Paulo, MTST, Terra

Livre, Luta Popular, Círculo Palmarino, ANEL, Quilombo Raça e Classe, entre outras organizações e o apoio da APROPUC

Como prévia, no dia 3/9, quinta-feira, foi realizada ainda uma coletiva nacional de imprensa com convidados como dom Pedro Luis Stringhini, bispo da diocese de Mogi das Cruzes, vice-presidente da Regional Sul da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); o jornalista Altamiro Borges; o presidente da União Social dos Imigrantes Haitianos, Fedo Bacourt; Rosilene Wansetto, da Coordenação Nacional do Grito e Rede Jubileu Sul Brasil, e Antonia Carrara, da Pastoral Operária e Romaria dos/as Trabalhadores/as.

A Justiça do Estado do Paraná emitiu uma ordem de reintegração de posse da Fazenda Filgueira, em Londrina, que foi ocupada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) no dia 17/8. O terreno é utilizado como um centro de pesquisa da Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz, instituição ligada à Universidade de São Paulo.

O Movimento dos Sem Terra afirma que desocupará o local apenas quando o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Incra, emitir um documento comprovando a produtividade da fazenda, pois de acordo com a direção do movimento, a área está arrendada para terceiros e é cotada para desapropriação para reforma agrária em programa do governo do Estado.

Por outro lado, na defesa da continuidade das pesquisas, o MST propõe que o INCRA pague pela fazenda e com esses recursos a USP poderia comprar uma área mais próxima da faculdade, dos estudantes e dos pesquisadores em Piracicaba.

A APROPUC manifesta total solidariedade ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do Estado do Paraná na ocupação e também à todas as entidades do Movimento Estudantil, inclusive aqueles que receberam ataques sem terem se posicionado.

Docentes federais reúnem-se com MEC

As paralisações das instituições e servidores federais já duram mais de três meses e continuam fortes em todo Brasil. No dia 3 de setembro, o Comando Nacional de Greve do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes – SN) se reuniu com o representante do Ministério da Educação (MEC) para discutir as reivindicações específicas da categoria e cobrar uma resposta imediata às reivindicações do movimento.

Também na quinta, docentes das instituições federais protagonizaram ações unificadas para dar

visibilidade à greve e pressionar o governo federal e reitores das universidades a negociarem

as pautas e também a revelarem os impactos do ajuste fiscal nas contas das instituições.

Advogado de sem teto sofre atentado

Na última semana de agosto, Éder Ferreira, advogado dos trabalhadores sem teto de Campo Florido, após receber ameaças contra sua vida, teve o apartamento onde mora arrombado. Foram roubados da residência do advogado processos relacionados aos sem tetos, seu notebook e um par de brincos de sua esposa, sendo deixados para trás outros pertences de valor.

Ferreira, durante sua carreira, tem enfrentado pessoas poderosas e denunciado suspeitas de

corrupção em processos de reintegração de posse, além de rechaçar a postura da Polícia Militar nos conflitos que envolvem a questão da terra.

A APROPUC manifesta total solidariedade ao advogado e afirma, em nota, que “exige das autoridades competentes, não apenas a apuração desta absurda tentativa de intimidação de um profissional do direito e punição dos responsáveis, mas também garantia de vida ao referido profissional e de sua família”.

ROLA NA RAMPA

Evento marca dia Internacional dos desaparecidos políticos

No dia 30 de agosto comemora-se o Dia Internacional dos Desaparecidos Políticos. Por isso, em parceria com a APROPUC, grupos de familiares dos desaparecidos políticos, a Cruz Vermelha, o Grupo de Estudos em Filosofia Contemporânea e Antô-

nio Valverde organizaram um evento com a exibição dos documentários "Marca D'água - a presença de Elson Costa", "Lua Nova do Pinar" e "Mané e Catirina" seguido de um debate para homenagear os desaparecidos."



TALITHA ARRUDA

O professor Valverde durante o evento na APROPUC

Seminário discute desafios da crise brasileira

A professora Regina Gadelha estará mediando nesta terça-feira, 8/9, a partir das 14h30 no auditório 117-A do Predio Novo o seminário Desafios da Crise Brasileira. O evento contará com a participação dos professores Norma Cristina Brasil Casseb, Rosa Maria Marques, Antônio Corrêa de Lacerda, Áquilas Nogueira Mendes, Joaquim Carlos Racy, Ladislau Dowbor e Luiz Moraes de Niemeyer Neto. O semi-

nário é organizado pelo Programa de Estudos Pós Graduated em Economia Política, DEPE - Grupo de Pesquisa Desenvolvimento Econômico e Política Econômica, NACI - Núcleo de Análise de Conjuntura Internacional, NEF - Núcleo de Estudos do Futuro, PDH - Grupo de Pesquisa Políticas para o Desenvolvimento Humano. Maiores informações, Pós-Graduação em Economia Política - sala E-17

Professor da PUC-SP escreve sobre administração empreendedora

O SEI Universitário lançou, no dia 3/9 na Saraiva do Shopping Pátio Paulista o livro "Administração Empreendedora: gestão e marketing criativos e inovadores". O livro tem como autores os estudiosos Cláudio Saito, Edmir Kuazaqui, Fernando Brasil da Silva, Gustavo Mira-

palheta, João Pinheiro de Barros Neto, José Predebon, Luis Carlos Takeshi Tanaka, Maisa Emilia Raelers Rodrigues, Renato Ceconello, Teresinha Covas Lisboa e Vera Lucia Saikovitch, além de Antonio Vico Mañas, vice-reitor da PUC-SP na gestão Dirceu de Mello.

Artes do Corpo comemora reabertura de disciplinas

Os alunos de Artes do Corpo, na segunda-feira, 31/8, mais uma vez reuniram-se na Prainha, agora para comemorar a reabertura de cinco das onze disciplinas fechadas pela reitoria. Segundo os estudantes, embora a reabertura tenha sido uma vi-

tória ainda restam seis turmas que a PUC-SP fechou em virtude do número de alunos. Para os estudantes de Artes do Corpo, porém, a especificidade do curso justifica a quantidade de alunos nas salas de aula e laboratórios do curso.

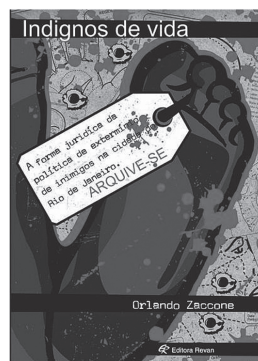


VALDIR MENGARDO

Alunos de Artes do Corpo em performance na Prainha

APROPUC CONVIDA

Lançamento do livro de Orlando Zaccone:



11/09/15
14H-17H

Leonardo Massud - Coordenação da mesa
Prof. Ms. de Direito Penal da PUC-SP e Diretor da APROPUC

- *Orlando Zaccone - Delegado da Polícia Civil, mestre em Ciências Penais e doutor em Ciência Política.
- *Kenarik Boujikian - Desembargadora do Tribunal de Justiça de SP.
- *Adriana Eiko Matsumoto - Grupo de Estudo e Pesquisa em Psicologia e Criminologia Crítica da PUC-SP.
- *Douglas Belchior - Militante e representante da UNEAFRO.
- *Francisco Gomes - Movimento Mães de Maio. Pai de Paulo Alexandre, vítima de desaparecimento forçado em Maio de 2006.

APROPUC
Associação dos Professores da PUC-SP

Rua Bartira, 407.